

**Tribunal de Justiça de Goiás****Excelentíssimo Desembargador Presidente****Apelação Cível n.º 201192415671**

Natureza: Indenização por Danos Materiais e Moraes

Requerente: Dione Azevedo Albuquerque

Requerida: Sudoeste Motos e Acessórios Ltda



201192415671

Recurso Especial**Sudoeste Motos e Acessórios Ltda,**

peessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Presidente Vargas, 205, Bairro Vitória, na cidade de Rio Verde (GO), inscrita no CNPJ sob o nº 02.606.820/0001-5, por seu Advogado infra-assinado, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, com a deferência de mister, requerer tutela jurisdicional na forma de **Recurso Especial** que interpõe em desfavor do **Dione Azevedo Albuquerque**, pelas razões de fato e de direito adiante colacionadas, com fulcro no **artigo 105, III, "a"** da Constituição Federal c/c art. 255 do RI do STJ e artigos 1.029 e seguintes do

CPC

1 de 7

• Goiânia - GO

Rua 10, nº 238

Edifício Jotabrado

Sala 806 - Setor Oeste

Fone: (64) 3621-6500

• Rio Verde - GO

Rua João Braz, 321

Setor Oeste - 75.901-570

Fone/fax: (64) 3621-6500

• Mineiros - GO

6ª Avenida, nº 05 - Centro

CEP: 75.830-000

Fone: (64) 3621-6500

Machado Borges e Advogados Associados



Sociedade Simples OAB-GO nº 541

624

PR

Tempestividade do Recurso

A Recorrente foi intimada da decisão, no dia 19/05/2016, por intermédio do **Diário da Justiça nº2031**, o qual foi **publicado no dia 19/05/2016**.

No dia 24 de maio foi feriado municipal em Goiânia, conforme decreto anexo. No dia 26 de maio, quinta-feira, foi feriado nacional. Com isso, no dia 27 de maio de 2016, foi ponto facultativo, conforme decreto 829/2016, que segue anexo.

Recurso preparado e protocolizado no dia **14 de junho de 2016** é, pois, **tempestivo**.

Cabimento do Recurso

Antes que se demonstre a evidente violação perpetrada pelo acórdão recorridos, oportuno destacar a admissibilidade do presente recurso excepcional, haja vista que este preenche todos os requisitos essenciais estabelecidos pela legislação pertinente.

2 de 7

• Goiânia - GO
Rua 10, nº 238
Edifício Jotabrado
Sala 806 - Setor Oeste
Fone: (64) 3621-6500

• Rio Verde - GO
Rua João Braz, 321
Setor Oeste - 75.901-570
Fone/fax: (64) 3621-6500

• Mineiros - GO
6ª Avenida, nº 05 - Centro
CEP: 75.830-000
Fone: (64) 3621-6500

Machado Borges e Advogados Associados



Sociedade Simples OAB-GO nº 541

Autoriza o art. 105, inciso III, letra “a” da Constituição Federal, a interposição de Recurso Especial para esse Excelso Superior Tribunal de Justiça, quando a decisão recorrida, proferida em última ou única instância, contrariar dispositivo de Lei Federal ou negar-lhe vigência ou julgar válida lei ou ato de governo local em face de lei federal, o que, conforme será amplamente demonstrado, foi exatamente o que ocorreu no acórdão Recorrido.

No caso *sub judice*, é cabível, sem dúvida, o recurso ora interposto, haja vista que o acórdão manteve a sentença de primeiro grau proferida em desacordo com as provas produzidas e a legislação infraconstitucional.

In casu, ficou comprovado nos autos que o Recorrido recusou levar seu veículo para que a Recorrente pudesse solicitar junto ao Fabricante uma nova vistoria (fls.143).

Contudo, o Tribunal *a quo* entendeu que:

“tentar refutar o direito do consumidor em obter a devolução da quantia despendida para a aquisição do bem, sob a afirmativa e que era obrigado a aceitar a substituição do produto, é conduta que não merece acolhimento, à luz dos dispositivos acima citados” (fls.534).

3 de 7

• Goiânia - GO
Rua 10, nº 238
Edifício Jotabrado
Sala 806 - Setor Oeste
Fone: (64) 3621-6500

• Rio Verde - GO
Rua João Braz, 321
Setor Oeste - 75.901-570
Fone/fax: (64) 3621-6500

• Mineiros - GO
6ª Avenida, nº 05 - Centro
CEP: 75.830-000
Fone: (64) 3621-6500

Machado Borges e Advogados Associados



Sociedade Simples OAB-GO nº 541

626

se
626

Eminente Ministro, não se trata de impor a Recorrente a substituição do produto. No presente caso, a Recorrente buscou o tempo todo solucionar o problema do Consumidor junto ao Fabricante - quem por direito concede a garantia. Ademais, todas as providências tomadas pela Recorrida, ocorreu dentro do prazo previsto no **artigo 18, §1º do Código de Defesa do Consumidor**.

Para comprovar tais argumentos, é suficiente uma rápida leitura do conteúdo das fls. **143, 145, 146, 150, 151, 152 e 153**, que trazem as cópias dos telegramas enviados ao Recorrido, solicitando seu comparecimento a Concessionária para autorizar a troca das peças.

Nesse sentido, fica comprovado que o acórdão recorrido feriu a Legislação Infraconstitucional, haja vista que houve violação ao artigo 18, §1º da Lei 8.078/90, que assegura ao fornecedor o prazo de 30 (trinta) dias para sanar o vício.

Ademais, o acórdão recorrido prontificou que, uma vez não sando o vício em 30 (trinta) dias, é direito do Consumidor requerer a devolução do dinheiro. Todavia, o vício não foi sanado por **CULPA** exclusiva do Recorrido, que recusou levar seu veículo à Recorrente.

O Tribunal *a quo* reconheceu que o dano moral ficou comprovado pelo fato da frustração do consumidor ter extrapolado o mero

4 de 7

• Goiânia - GO
Rua 10, nº 238
Edifício Jotabrado
Sala 806 - Setor Oeste
Fone: (64) 3621-6500

• Rio Verde - GO
Rua João Braz, 321
Setor Oeste - 75.901-570
Fone/fax: (64) 3621-6500

• Mineiros - GO
6ª Avenida, nº 05 - Centro
CEP: 75.830-000
Fone: (64) 3621-6500

Machado Borges e Advogados Associados



Sociedade Simples OAB-GO nº 541

dissabor. E que o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), foi fixado obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Eméritos Julgadores, o acórdão recorrido não deve prevalecer sob pena de causar grave prejuízo à Recorrente. Primeiro, porque jamais houve descaso com o Consumidor que sempre foi atendido; segundo porque a Recorrente não cometeu qualquer tipo de ato ilícito, o que é imprescindível para a reparação de danos morais.

Oportuno destacar que não ficou comprovada nos autos a culpa da Recorrente. Excelências, não há nos autos nenhuma prova de que a Recorrente tenha contribuído para que o vício não fosse sanado dentro do prazo previsto em Lei. Ademais, o Recorrido não atendeu aos chamamentos da Recorrente, o que está provado nos autos.

Com efeito, a condenação atualizada até o dia 14 de junho de 2016, já totalizava o valor de **R\$45.818,51 (quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos)**, o que configura enriquecimento ilícito, nos termos do **artigo 884 do Código Civil**.

Isto porque, além da moto não estar imprecável, o que ficou comprovado na perícia, **o valor da condenação é suficiente para o Recorrido comprar um carro**. Portanto, configura enriquecimento ilícito. Nesse

5 de 7

• Goiânia - GO
Rua 10, nº 238
Edifício Jotabrado
Sala 806 - Setor Oeste
Fone: (64) 3621-6500

• Rio Verde - GO
Rua João Braz, 321
Setor Oeste - 75.901-570
Fone/fax: (64) 3621-6500

• Mineiros - GO
6ª Avenida, nº 05 - Centro
CEP: 75.830-000
Fone: (64) 3621-6500



sentido, deve esse Tribunal reformar o acórdão recorrido por clara violação ao **artigo 884 do Código Civil**.

Cabimento do Recurso

O **artigo 105, inciso III, alínea “a” da Lex Fundamental** assevera que compete ao **Superior Tribunal de Justiça** julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência.

Inicialmente e tendo em vista a **ausência de manifestação** do Órgão Julgador sobre o **artigo 18, §1º do Código de Defesa do Consumidor, artigo 884 do Código Civil** e ainda por violação aos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, previsto no **artigo 5º, inciso V da Constituição Federal**.

Por epítrope, não há que se falar em impossibilidade de julgamento do presente recurso ante a necessidade de reexame de conteúdo fático dos autos, pois conforme a Jurisprudência desse Colendo Tribunal Superior, há possibilidade de conhecimento de recurso especial para se aferir o asserto e/ou desacerto da aplicação da legislação pátria, sem que isso implique em reexame de matéria fática, como inclusive é o caso dos autos,

6 de 7



Pedido de Reforma da Decisão Recorrida

Data maxima venia, restando demonstrado que ao decidir o Tribunal de Justiça Goiano efetivamente **negou vigência** ao dispositivo de **Lei Federal** mencionado (artigos 18, §1º do CDC e 884 do CC), requer desse Superior Tribunal de Justiça o **conhecimento e provimento do recurso especial** reformar o acórdão recorrido no sentido de determinar a **substituição das peças ou que haja a substituição do produto**, haja vista que o reembolso das despesas, além de oneroso para a Recorrida, poderá causar enriquecimento ilícito, e que haja a reforma da condenação por danos morais.

Pede conhecimento e provimento.

Goiânia-GO, 14 de junho de 2016

Paulo Roberto Machado Borges

OAB/GO 17.129

7 de 7

• **Goiânia - GO**
Rua 10, nº 238
Edifício Jotabrado
Sala 806 - Setor Oeste
Fone: (64) 3621-6500

• **Rio Verde - GO**
Rua João Braz, 321
Setor Oeste - 75.901-570
Fone/fax: (64) 3621-6500

• **Mineiros - GO**
6ª Avenida, nº 05 - Centro
CEP: 75.830-000
Fone: (64) 3621-6500